

Quem chora pela Sudam?

Data: 12/03/2002

Autor: Lúcio Flávio Pinto - O Estado de S.Paulo

| | |
|--------------------------|---------------|
| INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL | |
| data | 12 / 3 / 2002 |
| cod. | 163 |

Em seus quase 35 anos de vida, a Sudam deve ter liberado o equivalente a pouco mais de US\$ 6 bilhões para mais de dois mil projetos da iniciativa privada

Belém - Em seus quase 35 anos de vida, a Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) deve ter liberado o equivalente a pouco mais de 6 bilhões de dólares (em torno de 14 bilhões de reais) para mais de dois mil projetos da iniciativa privada, concebidos por seus donos e incentivados pelo governo federal para desenvolver a maior fronteira de recursos naturais do Brasil - e do mundo. O "deve" não é casual. Não há um levantamento completo de tudo o que fez a Sudam entre 1966 e 2000. A partir dos dados parciais existentes, porém, pode-se chegar a esses números como confiáveis. Ainda que nada decentes.

O Fundo de Investimentos da Amazônia (Finam), formado a partir da renúncia da União a uma parte do imposto de renda que podia arrecadar, não está entre as melhores fontes de investimento do mercado. A média de aplicação foi de uns US\$ 150 milhões ao ano, alguns pontos acima na média entre 1988 e 2000, quando as opções dos investidores pela Amazônia aumentaram na cesta dos incentivos fiscais.

A colaboração financeira dada pelo governo aos projetos Sudam foi, nesse período, inferior, por exemplo, ao custo real da hidrelétrica de Tucuruí, construída entre 1975 e 1984 (deve estar alcançando US\$ 10 bilhões, embora a Eletronorte, escamoteando os números, só admita metade desse valor). Mas também é preciso considerar que a barragem, levantada no leito do rio Tocantins para ser a sexta maior usina de energia do planeta, é a maior obra pública em todos os tempos na região.

Mesmo tendo, em termos nacionais, uma dimensão acanhada, o Finam foi uma importante linha de financiamento para novos empreendimentos na Amazônia no período mais decisivo da sua história, quando foi integrada, física e economicamente, ao restante do território de um país ao qual só pertencia em termos formais. Era-lhe, na verdade, apenas um apêndice, desbragadamente grande para continuar a ser ignorado.

Mesmo com o acervo de dois mil empreendimentos econômicos incentivados ao custo de renúncia fiscal da nação a US\$ 6 bilhões (quase cinco vezes o orçamento anual em curso do Estado do Pará, o mais importante da região), o que marcou o dobre de finados da Sudam não foi uma avaliação da sua contribuição para o desenvolvimento regional, num debate entre acadêmicos e tecnocratas, mas um autêntico prontuário, montado por juizes, promotores e policiais.

A Sudam morreu não porque um balanço de contabilidade pública ou uma análise de projetos revelou um déficit final insuportável. Morreu de podre, acumulando casos escabrosos de desvio de recursos públicos, numa orgia de dinheiro que impressiona tanto pelo volume dilapidado como pelo audacioso cinismo na apropriação de recursos do tesouro nacional.

Não houve qualquer comoção pública na Amazônia ao anúncio e consumação do ato de liquidação da autarquia especial, que surgira em 1966 como herdeira do primeiro esforço verdadeiramente contemporâneo de planejamento regional do país, iniciado em 1953, com a SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia). O fim da Sudam fulminou interesses cruciais de duas dúzias de escritórios de assessoria, várias dezenas de grupos empresariais e não mais do que três centenas de servidores públicos. Mas não foi sentida pelos 16 milhões de habitantes da área incentivada. Causou abalos, é claro, mas não foi sentido numa escala econômica que pudesse ser registrada em sensores sociais mais afinados.

O conjunto de três prédios do edifício-sede, pelos quais chegaram a circular quase mil funcionários e dezenas de visitantes, todos os dias, em atividade intensa, hoje está com alguns de seus andares praticamente sem movimento, aparência deteriorada, ar de decadência. Nenhum dos elevadores funciona e muitas das luzes, queimadas, não foram substituídas. Um bloco todo foi abandonado. Mas os transeuntes da avenida Almirante Barroso, uma das artérias de maior tráfego de Belém, nem percebem que a Sudam está dando seus últimos suspiros, enquanto sua substituta, a ADA (Agência de Desenvolvimento da Amazônia), não aparece para ocupar-lhe o lugar.

Mesmo os que dela tiravam benefício, e muito, sempre a trataram como uma "prostituta", lembra uma antiga dirigente da Sudam, que limpa as gavetas enquanto cumpre seu último dia de trabalho, já devidamente dispensada das funções e do órgão. Se os que se serviram do dinheiro e dos serviços da superintendência já a esqueceram, o que esperar da região?

Subdesenvolvimento estruturado

De 1966 a 2000, a Amazônia foi se distanciando do perfil de fronteira desenvolvida, assumida pelo Centro-Oeste, e se aproximando da região de subdesenvolvimento estruturado, o Nordeste. Os amazônidas, para se distinguirem dos nordestinos, costumavam dizer que na sua área havia pobreza, mas não a miséria dos vizinhos. Hoje, dois dos Estados amazônicos, inclusive o de maior potencial, o Pará, fazem companhia aos Estados nordestinos mais pobres do país no "terceiro Brasil".

Em 1991, a região amazônica tinha o maior percentual de domicílios sem qualquer tipo de rendimento, com 6,26% do total. O Nordeste vinha em segundo lugar, com 4,35%. Em 2000, dobou a quantidade de domicílios sem rendimento na Amazônia: eles passaram a representar 12,87% do universo regional. A situação piorou proporcionalmente mais no Nordeste, cujo índice saltou para 11,84%, mas sem tirar a infeliz liderança do Norte.

As duas regiões tiveram as piores variações nessa década, permanecendo acima do índice em condições mais graves do que as existentes nas três outras regiões do país. O percentual de domicílios sem rendimento em todo o Brasil passou de 3,69% em 1991 para 9,15% em 2000, mostrando que nesse período houve deterioração dos rendimentos dos trabalhadores, segundo os resultados de uma pesquisa realizada pela Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo, com base nos dados do IBGE.

Num quadro nacional negativo, com crescimento de 198% dos domicílios sem qualquer tipo de rendimento, a gravidade é ainda maior nas duas regiões cada vez mais pobres do país. Gravidade que não é percebida pela opinião pública, no caso amazônico, por causa de seus baixos valores em termos absolutos.

Isto significa que mesmo com o crescimento mais acentuado, proporcionalmente, dos investimentos públicos na Amazônia do que nas demais regiões, da abertura de frentes econômicas privadas e da participação mais acentuada da região no comércio exterior, continuaram a crescer os lares sem qualquer tipo de rendimento, completamente à margem da expansão da atividade produtiva. De cada 15 pessoas que moram na Amazônia, uma vive de favores ou trocas com terceiros - parentes, amigos ou vizinhos - por não dispor de qualquer forma de renda.

Pântanos financeiros

Embora a sede da Sudam tenha sido estabelecida em Belém e o Pará seja o segundo Estado que mais recebeu projeto incentivado (com Mato Grosso, o primeiro, concentra dois terços de todos os projetos aprovados), as empresas implantadas com a colaboração dos incentivos fiscais contribuem com apenas 2% da receita de ICMS do Pará. A presença dos incentivos fiscais não vai muito além das placas colocadas à frente dos empreendimentos que surgem, quando efetivamente surgem, e

desaparecem com uma velocidade espantosa, embora os valores envolvidos estejam sempre acima de vários milhões de reais, inclusive no "caso sujo" do momento, o da Usimar Componentes Automotivos, no Maranhão, celebrizado pelo envolvimento da governadora Roseana Sarney, também pré-candidata à presidência da República pelo PFL, e seu marido (e também secretário de Estado), Jorge Murad, além de outras personalidades coadjuvantes.

No intervalo de apenas dois meses e meio, no início de 2000, 44 milhões de reais foram liberados para o projeto, aprovado um mês antes, depois de uma tramitação de menos de três meses pelos órgãos técnicos da Sudam. A quantia era pequena se considerado o valor final do empreendimento, de R\$ 1,4 bilhão, necessário para um investidor sem tradição no ramo produzir ferro gusa, fundidos e usinados para a indústria automobilística nacional.

A Sudam se comprometeu a capitalizar a empresa com R\$ 690 milhões de incentivos fiscais em apenas dois anos, comprometendo com esse único projeto (havia quase 600 projetos ativos na ocasião) praticamente 80% de todos os recursos previstos para esses dois anos (ou R\$ 870 milhões). Mas tudo bem: a empresa já teria entrado com contrapartida de R\$ 102 milhões de recursos próprios.

Hoje se sabe que as aplicações da Usimar, para justificar os R\$ 44 milhões recebidos, não foram muito além de um milhão de reais. E que o resto era fantasia. Ou mentira. Como, em anúncio fúnebre, se mostra uma falácia a política de desenvolvimento da Amazônia através dos incentivos fiscais. A Sudam se fina em fita amarela, sem vela e sem choro. Exceto pelas lágrimas dos vorazes crocodilos criados em seus pântanos financeiros.

Lúcio Flávio Pinto é jornalista.

Copyright © 2001 Amigos da Terra - Amazônia Brasileira. - Todos os direitos reservados.